#### COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

### REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N°\_\_\_\_\_ 2025

(Da Sra. CÉLIA XAKRIABÁ)

**REQUER** a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para debater o acesso à justiça da comunidade Guarani do Tekoha Dje'y no estado do Rio de Janeiro.

Senhora Presidenta,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater a fim de debater o acesso à justiça da comunidade Guarani do Tekoha Dje'y no estado do Rio de Janeiro.

Para este debate, sugiro a participação de convidados que possam contribuir com informações relevantes sobre o tema, sem prejuízo de outras representações de entidades pertinentes ao tema:

- Representante da comunidade Guarani do Tekoha Dje'y em Paraty
   (RJ)
- 2. Representante do Ministério dos Povos Indígenas
- 3. Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- 4. Representante da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro





# CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/M

### **JUSTIFICAÇÃO**

O acesso à justiça constitui um componente essencial para a efetivação dos direitos humanos e para o fortalecimento da democracia. No caso dos povos e comunidades indígenas, esse direito fundamental assume contornos específicos, dada a complexidade de suas realidades socioculturais, jurídicas e territoriais.

Apesar dos avanços promovidos pela Constituição Federal de 1988, que reconheceu os direitos originários dos povos indígenas e consolidou um novo marco jurídico para sua proteção, persistem entraves significativos à plena inclusão desses povos no sistema de justiça. Temas estruturais como a regularização fundiária, a responsabilização penal, o acesso à saúde, à educação e a outros serviços públicos ainda enfrentam barreiras concretas, muitas delas associadas à ausência de políticas específicas e à fragilidade na implementação das normas existentes.

A situação dos povos Guarani no estado do Rio de Janeiro expressa com clareza essa realidade de exclusão histórica. Presente na região há séculos, o povo Guarani tem enfrentado um longo processo de invisibilização, despossessão territorial e ausência de políticas públicas estruturantes. A demora nos processos de demarcação, a sobreposição de interesses econômicos e a omissão do poder público resultaram em um quadro de extrema vulnerabilidade.

O caso do Tekoha Dje'y evidencia esse cenário de precariedade, marcado pela ausência de segurança jurídica, bem como por limitações no acesso à saúde, à educação e à proteção cultural.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/M

Nesse contexto, a realização de uma audiência pública pela CPOVOS configura-se como medida essencial para promover a escuta qualificada, o diálogo intercultural e a articulação entre diferentes setores envolvidos na defesa dos direitos indígenas.

A audiência permitirá a participação ativa das lideranças do povo Guarani do Tekoha Dje'y, possibilitando que apresentem suas reivindicações diretamente a representantes do poder público, do sistema de justiça, da academia e de instituições de direitos humanos nacionais e internacionais.

Além disso, o evento buscará aprofundar o debate sobre o papel das instituições do sistema de justiça na efetivação dos direitos territoriais, sociais e culturais dos povos indígenas. A partir dessas reflexões, será possível propor caminhos mais adequados para enfrentar as barreiras institucionais e jurídicas que ainda impedem a concretização desses direitos.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa estratégica para dar visibilidade às demandas históricas dos povos indígenas no estado do Rio de Janeiro e reafirmar o compromisso com a construção de uma justiça plural, intercultural e alinhada aos princípios constitucionais e aos tratados internacionais de direitos humanos.

Sala das Sessões, de setembro de 2025.

CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL/MG)

Deputada Federal



